

PODER

PGR é contra devolver passaporte a Bolsonaro

Ministro Moraes deve seguir a recomendação do procurador-geral Paulo Gonet. Ex-presidente pediu o documento para participar da posse de Trump, na 2ª feira

» FABIO GRECCHI

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se, ontem, contrariamente à devolução do passaporte de Jair Bolsonaro para que compareça à posse do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, na próxima segunda-feira, em Washington. De acordo com o parecer do procurador-geral Paulo Gonet, o pedido do ex-presidente “esbarra na falta de demonstração pelo requerente de que o interesse público que determinou a proibição da sua saída do país deva ceder, no caso, ao interesse privado do requerente de assistir, presencialmente, à posse”.

A negativa à devolução do documento, seja pela PGR, seja pelo Supremo Tribunal Federal (STF), era dada como certa nos bastidores do Judiciário. Bolsonaro perdeu a guarda do passaporte a partir da Operação Tempus Veritatis, que a Polícia Federal (PF) desencadeou em fevereiro de 2024 para recolher indícios da trama golpista a partir da derrota do ex-presidente nas eleições de 2022.

No parecer, Gonet argumentou, também, que a devolução do passaporte fora negada, em outubro do ano passado, pela primeira turma do Supremo. O ministro Alexandre de Moraes, que acionou a PGR sobre a pertinência de reaver ou não o documento, tem tudo para aceitar os argumentos e, dessa forma, manter o impedimento de Bolsonaro deixar o país legalmente.

O magistrado, relator do caso no qual o ex-presidente está indiciado, afirmou, ao receber o

Rosinei Coutinho/SCO/STF



(Pedido de Bolsonaro) esbarra na falta de demonstração pelo requerente de que o interesse público que determinou a proibição da sua saída do país deva ceder, no caso, ao interesse privado do requerente de assistir, presencialmente, à posse"

Trecho do parecer do procurador-geral Paulo Gonet

requerimento de devolução do passaporte, que a solicitação carecia dos “documentos necessários” que confirmassem o convite de Trump. Isso porque a mensagem remetida a Moraes fora enviada por um “endereço não identificado” e “sem qualquer horário ou programação do evento a ser realizado”.

E-mail

A defesa de Bolsonaro, porém, argumentou que o convite é o próprio e-mail apresentado ao ministro. Considerou, com isso, que fora atendida a exigência de Moraes, que quis ver o convite.

A solicitação da presença de Bolsonaro, que partiu do endereço @t47inaugural.com, foi remetida ao e-mail pessoal do deputado Eduardo Bolsonaro

(PL-SP), filho do ex-presidente. “Em nome do presidente eleito Trump, gostaríamos de convidar o presidente Bolsonaro e um convidado para a cerimônia de posse do presidente eleito Trump e do vice-presidente eleito Vance na segunda-feira, 20 de janeiro, em Washington, DC”, diz a mensagem. O endereço de e-mail é ligado à organização da posse de Trump.

Porém, essa informalidade para o convite é devido à tradição norte-americana de não chamar, pessoalmente, chefes de Estado e de governo — Washington apenas notifica as embaixadas para que mandem representantes diplomáticos. Trump, porém, convidou Bolsonaro, Javier Milei (presidente da Argentina), Giorgia Meloni (primeira-ministra da Itália) e Viktor Orbán (primeiro-ministro da Hungria).

SEGURANÇA PÚBLICA

Nova redação da PEC garante autonomia de UFs

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou, ontem, uma nova versão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O texto, encaminhado à Casa Civil, reflete o resultado de uma série de discussões com governadores e secretários de segurança pública. O objetivo principal é garantir a autonomia de estados e municípios na gestão da segurança, reforçar mecanismos de fiscalização e ajustar competências federais, estaduais e municipais.

Conforme o ministro, a nova proposta acolhe as principais preocupações dos governadores, especialmente no que diz respeito à autonomia sobre o comando das polícias civis, militares e corpos de bombeiros. “Acolhemos as demandas substantivas dos governadores, que nos alertaram sobre a possível perda de autonomia. Deixamos claro que as competências atribuídas à União não interferem nas competências dos estados e municípios”, afirmou Lewandowski, acrescentando que o texto não é definitivo.

“Estamos entregando um texto sólido e constitucional, mas cabe ao Congresso a palavra final para ajustar e atender plenamente as necessidades da sociedade”, acrescentou.

Uma das principais alterações é a inclusão de um parágrafo no Artigo 21 da Constituição — que assegura que a União poderá definir a política nacional de segurança pública e defesa social, mas sem se imiscuir na autonomia dos estados e do Distrito Federal. O texto também traz mudanças na estrutura

do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que será integrado por representantes da União, estados, municípios e, por sugestão da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, pela sociedade civil.

“A ideia é que a União não crie diretrizes de forma unilateral. Ouviremos estados, municípios e a sociedade para garantir que as políticas públicas atendam a todos”, disse.

Nova atribuição

Lewandowski salientou que outra mudança significativa é a transformação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Polícia Viária Federal. Assim, a corporação terá atribuições ampliadas, atuando em rodovias, ferrovias e hidrovias federais, além de colaborar em situações de calamidades públicas e desastres naturais.

Além disso, corregedorias e ouvidorias autônomas nos órgãos de segurança pública serão criadas para investigar condutas e garantir que as forças atuem dentro dos limites constitucionais. “Precisamos que as polícias sigam os caminhos da Constituição e das leis”, ressaltou.

A PEC ainda consolida a existência do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNPF) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), proibindo o contingenciamento de seus recursos e garantindo que sejam distribuídos equitativamente entre os estados e municípios. Sobre a origem do financiamento, Lewandowski afirmou que a regulamentação será feita por lei ordinária.

Jamile Ferraris/MJSP



Lewandowski enfatizou que texto da emenda atende aos governadores

O que diz a proposta

Competências

* A nova redação do Artigo 21 da PEC esclarece que as novas atribuições concedidas à União não excluem as competências dos entes federados. As polícias militares, civis, penais e os corpos de bombeiros continuam subordinados aos governadores dos estados e do Distrito Federal.

Conselho

* O texto inclui representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social — cuja responsabilidade será auxiliar na formulação da Política Nacional de Segurança Pública, que abrange o sistema penitenciário.

Fundos

* A nova PEC constitucionaliza os fundos nacionais de Segurança Pública (FNPF) e Penitenciário (Funpen) — que permanecerão distintos e cujos recursos serão compartilhados entre todos os entes da Federação, sem possibilidade de contingenciamento.

Competências

* A Polícia Rodoviária Federal (PRF) passará a se chamar Polícia Viária Federal — e não Polícia Ostensiva Federal, como vinha sendo proposto. Ficará responsável pelo policiamento ostensivo de rodovias, ferrovias e hidrovias federais.

Corregedorias e ouvidorias

* Criação de órgãos de correição autônomos, responsáveis por investigar condutas funcionais de profissionais de segurança pública e defesa social. A proposta também prevê ouvidorias públicas independentes nos três níveis federativos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Uma data que Lula não deveria esquecer

Após o golpe militar de 1964, que destituiu o presidente João Goulart, a esquerda brasileira se dividiu: uma cobrava mais radicalidade do governo Jango, outra recomendava moderação. A primeira avaliava que o golpe poderia ser evitado se houvesse uma reação armada; a outra, que isso seria inútil e provocaria um banho de sangue.

Na mesma linha de raciocínio, a primeira partiu para a luta armada, acreditava que derrubaria a ditadura com uma revolução. A segunda, considerava essa opção uma aventura fadada ao fracasso. A melhor alternativa seria unir as forças democráticas contra o regime, em defesa das eleições diretas e da convocação de uma Constituinte. Havia liberais que se opuseram ao golpe, entre eles Tancredo Neves (MG) e Amaral Peixoto (RJ).

Foi um longo caminho, que somente se concretizaria em 15 de janeiro de 1985, por uma via que ninguém tinha previsto: a eleição indireta de Tancredo Neves, no colégio eleitoral criado pelo próprio regime para institucionalizar a ditadura.

O velho político mineiro, liberal e conciliador, surfou a onda da campanha das Diretas Já, que mobilizou a opinião pública e promoveu grandes manifestações de protesto. O ponto de partida foi a apresentação de um projeto de emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente da República, em fins de 1983, pelo deputado Dante de Oliveira (MDB-MT).

A emenda mobilizou a opinião pública e as lideranças de oposição, produzindo, também, grande impacto no Partido Democrático Social (PDS), governista, porque havia uma ala que não concordava com a candidatura de Paulo Maluf e desejava o fim do regime. No Congresso, ganhava corpo uma proposta de pacto entre a oposição e os descontentes do PDS, com vistas a lançar um candidato único à Presidência, em pleito direto a ser realizado em novembro de 1984. Tancredo seria esse candidato, mas não tinha apoio do MDB.

De janeiro a abril de 1984, os comícios em favor das eleições diretas reuniram multidões nas capitais e principais cidades do país, sob a liderança de Ulysses Guimarães (MDB), que pretendia disputar a Presidência da República. Todos os líderes da oposição se engajaram na campanha, entre os quais os governadores Franco Montoro, de São Paulo, e Leonel Brizola, do Rio de Janeiro.

O movimento sindical, cuja estrela maior era o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foram responsáveis pela mobilização popular. Tancredo participou com destaque de todas as manifestações, porém, não afastava a possibilidade de disputar o pleito presidencial indireto, caso a emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada por maioria absoluta, como aconteceu, na sessão da Câmara dos Deputados de 25 de abril de 1984.

Eleição de Tancredo

No final de junho, o MDB lançou o nome de Tancredo, que renunciaria ao governo de Minas, para disputar o pleito no colégio eleitoral com apoio de Ulysses. Quatro dias depois, a Frente Liberal, dissidência do PDS, rompeu com o governo, dando início às negociações com a oposição para apoiar Tancredo, indicando o senador José Sarney para vice.

Em 15 de janeiro, ou seja, há 40 anos, o colégio eleitoral deu 480 votos a Tancredo e 180 a Maluf, candidato governista. A eleição no terreno escolhido pelo próprio regime pôs um ponto final na sua existência.

Entretanto, ontem, essa data histórica foi solenemente ignorada pelo presidente Lula. O motivo é político: o PT não votou em Tancredo no colégio eleitoral. Três deputados do partido discordaram dessa orientação: Bete Mendes (SP), José Eudes (RJ) e Afirton Soares (SP), que deixaram a legenda para não serem expulsos.

“Decidi votar no Tancredo porque seu adversário, o deputado Paulo Maluf, representava a linha dura do regime militar. Sua vitória significaria o recrudescimento do regime, a argentinização do processo brasileiro”, disse Afirton Soares.

Os demais membros da bancada não compareceram à votação: Eduardo Suplicy (SP), Luiz Dulci (MG), Irma Passoni (SP), José Genoíno (SP) e Djalmá Bom (SP). Ecos da velha divisão da esquerda na crise de 1964.

Entre fins de janeiro e princípios de fevereiro de 1985, Tancredo visitou os Estados Unidos e vários países da Europa. Com o seu regresso ao Brasil, articulou a formação de seu ministério. Um dia antes da posse, marcada para 15 de março de 1985, porém, foi submetido a uma cirurgia de emergência. Sarney tomou posse como presidente em seu lugar, em meio à comoção e à perplexidade.

Tancredo viria a falecer na noite de 21 de abril, depois de ter sido submetido a sete cirurgias. Na manhã de 22, Sarney foi confirmado na Presidência. No dia 23, o corpo de Tancredo chegou ao aeroporto de Belo Horizonte para receber as homenagens de cerca de 1,8 milhão de pessoas. No dia 24, na presença de 50 mil pessoas, foi enterrado no cemitério de São João del Rei, sua terra natal.

O COLÉGIO ELEITORAL DEU 480 VOTOS A TANCREDO E 180 A MALUF. A ELEIÇÃO REPRESENTOU O FIM DO REGIME MILITAR